

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
14 de janeiro de 2014

Ao décimo quarto dia do mês de janeiro de 2014, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni nº 5, Santo André, a partir das 9 horas e 30 minutos, realizou-se a Nona Reunião Extraordinária, sob a presidência do Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, Senhor LUIZ MARINHO, e com as presenças dos Excelentíssimos Prefeitos dos Municípios de Santo André, Senhor CARLOS ALBERTO GRANA; de São Caetano do Sul, Senhor PAULO NUNES PINHEIRO; de Diadema, Senhor LAURO MICHELS SOBRINHO; de Mauá, Senhor DONISETE PEREIRA BRAGA; de Ribeirão Pires, Senhor SAULO MARIZ BENEVIDES e de Rio Grande da Serra, Senhor LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Presentes também os Assessores Regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, bem como o Secretário Executivo da Presidência, Senhor Luis Paulo Bresciani.

INÍCIO – O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos, informando ser a primeira assembléia do ano e a última de sua gestão. Informa que no final da reunião será realizada a eleição do novo presidente e vice-presidente do Consórcio para a gestão de 2014, como pauta exclusiva da 46ª Reunião Ordinária do Consórcio. Na seqüência, o Secretário Executivo informa que a pauta se inicia com a apresentação da Secretária Tássia Regino, sobre a remoção preventiva de moradias em áreas de alto risco a partir da negociação entre o Prefeito Luiz Marinho e o Governador Geraldo Alckmin e também um informe sobre limpeza dos piscinões, na seqüência será apresentada a proposta de resolução para a realização da 1ª Conferência Regional de Proteção e Defesa Civil, seguida por um informe sobre a definição da cidade que assumirá a coordenação do Subcomitê da Bacia Billings e Alto Tamanduateí, e uma breve apresentação da prestação de contas da gestão 2013 além de informes sobre o PAC Mobilidade, em função da publicação do decreto de transferências obrigatórias e continuidade das ações; sobre os novos contratos de rateio e de programas, a deliberação sobre créditos anteriores a 2010, a assinatura de acordo para acesso do Consórcio ao ambiente virtual da Universidade CAIXA, a proposta de convênio com a Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF) e o calendário oficial para 2014.

Na seqüência passa a palavra para a Secretária de Habitação de São Bernardo do Campo, Sra. Tássia Regino, para apresentar em nome do Grupo Temático Gestão de Riscos, constituído a partir do GT Defesa Civil e do GT Planejamento Urbano, os encaminhamentos sobre a REMOÇÃO PREVENTIVA DE MORADIAS EM ÁREAS DE ALTO RISCO. Ela inicia sua apresentação lembrando que o tema foi gerado a partir de uma proposta do Consórcio ao Governo Estadual, e agora apresenta os termos definidos em comum acordo entre Consorcio e Estado. Lembra que a proposta inicial previa a remoção preventiva das moradias em situação de risco muito alto ou que pudessem evoluir rapidamente, antes do próximo período de chuvas, com o apoio financeiro e técnico do Governo Estadual. Isto implicaria nas seguintes ações: remoção de moradias em risco muito alto (R4) e risco alto (R3) não consolidáveis, que podem evoluir a muito alto em curto prazo, concessão de auxílio aluguel para

as famílias removidas até o atendimento habitacional definitivo, limpeza e recuperação das áreas desocupadas e a produção de unidades habitacionais para atendimento habitacional definitivo das famílias removidas. Nos termos da proposta inicial foram solicitadas ao Estado a concessão de auxílio aluguel transitório dentro da respectiva lei municipal para as famílias removidas até o atendimento habitacional definitivo, e a produção de unidades habitacionais para atendimento habitacional definitivo das famílias cujas moradias forem removidas; os municípios assumiriam os gastos com infraestrutura para a mudança das famílias, demolição das moradias interditadas, limpeza e recuperação das áreas desocupadas. Os números inicialmente propostos indicavam 2.288 remoções necessárias (R4 + R3 passível de evolução para R4), sendo 524 moradias em situação extremamente crítica, com 1.885 unidades habitacionais a serem produzidas, conforme aprovado na Assembléia de Novembro de 2013. Após o envio inicial ao Governo Estadual, foram realizadas diversas reuniões técnicas entre as equipes do Consórcio, IPT, IG e Defesa Civil Estadual para análise prévia da proposta e para pactuar critérios e conceitos. Relata que houve um trabalho conjunto para o fechamento dos números de consenso entre municípios e Estado no que se refere às moradias que devem ser removidas preventivamente. Os critérios pactuados entre Estado e Consórcio para a quantificação das moradias cuja remoção preventiva é recomendada antes da próxima estação de chuvas abrangem: todas as moradias classificadas como em risco muito alto (R4) pelos respectivos PMRRs e as moradias classificadas como em risco alto (R3) que não são consolidáveis com obras e cujo grau do risco pode evoluir em curto prazo para risco muito alto. Dentre estas, foram destacadas as moradias em situação muito crítica, cuja remoção é muito urgente. Para previsão mais adequada dos recursos necessários à implementação da proposta, além das moradias mapeadas para remoção preventiva, estimou-se 20% de novas remoções que podem vir a ser necessárias em função da evolução do risco dada pelas chuvas. Os números indicados pelo IPT para as moradias indicadas como remoções recomendadas (R4 + R3 passível de evolução para R4), totalizou 2.083, sendo que o número referente ao município de Santo André será confirmado com a entrega do Relatório Final do Plano Municipal de Redução de Riscos para Santo André pelo IPT, programada para a data de hoje, 13 de Janeiro. Dentro desse universo, 588 moradias demandam remoções urgentes pelo seu risco extremo. Tássia Regino relata que na última proposta encaminhada ao Estado em 17 de Dezembro, tanto o número de moradias a serem removidas como a quantidade de moradias a serem produzidas era anteriormente de 94 e agora deverá ser fechado em 307. Os números finais validados pelo IPT totalizaram 2.083 moradias a serem removidas, demandando 1.035 unidades habitacionais a serem produzidas; desse universo, lembrando, 588 moradias estão em áreas muito críticas, e demandam 240 unidades habitacionais a serem produzidas. Tássia informa que o Estado recebeu a proposta e não acolheu o pedido de custear 100% do auxílio aluguel, mas destaca que o Estado se comprometeu com a concessão de 50% do auxílio aluguel transitório para as famílias removidas até o atendimento habitacional definitivo e ainda o apoio à produção de unidades habitacionais, para o atendimento posterior definitivo das famílias a serem removidas, a partir de complementação de recursos em projetos do programa Minha Casa Minha Vida apresentados pelos municípios. Nesse sentido, as ações assumidas pelos municípios deverão ser a concessão de

50% do auxílio aluguel transitório para as famílias removidas até o atendimento habitacional definitivo e a infraestrutura para a mudança das famílias, a demolição das moradias interditadas, a limpeza e recuperação das áreas desocupadas e a apresentação de projetos de produção habitacional ao Estado. Na seqüência, Tássia Regino apresenta a estimativa de valores que cada município apresentou e diz que o Estado se comprometeu o auxílio aluguel de 50% por 3 anos, totalizando na versão atualmente aprovada um total estimado em R\$ 4,3 milhões e o aporte complementar de R\$ 20 mil por unidade a ser produzida. Informa que após o acordo verbal com o governador Alckmin já foram realizadas duas reuniões técnicas entre as equipes de cada cidade para indicar os próximos passos, que contemplam o cadastramento e a notificação das famílias residentes nas moradias a serem removidas preventivamente, o encaminhamento dos referidos cadastros e notificações ao Estado, reiterando que a execução da remoção das moradias em situação muito crítica deve ser iniciada imediatamente, mesmo antes da formalização da parceria com o Estado, em função do risco extremo nas 588 moradias assim mapeadas. Quanto à produção habitacional, o apoio para o atendimento habitacional definitivo das famílias cujas moradias forem removidas será dado a partir de complementação de recursos pelo Estado por meio do programa Casa Paulista em empreendimentos do programa federal MCMV apresentados pelos municípios. Diz que o governador Alckmin destacou no evento do dia 23 de Dezembro, quando o pacto foi selado, ser essa uma ação inédita no Estado de São Paulo. O Presidente Luiz Marinho pergunta se há alguma dúvida por parte dos demais prefeitos, sendo questionado pelo Prefeito Lauro Michels se o pagamento de 50% do auxílio aluguel será baseado no valor de referencia legal de cada cidade ou em valor sugerido pelo Estado. A secretária Tássia Regino responde que será baseado no valor inicial do município, baseado no formato da lei atual vigente em cada cidade. O Presidente Luiz Marinho reitera a orientação de que os municípios iniciem os respectivos encaminhamentos respeitando o valor individual do auxílio aluguel vigente em cada cidade. O Secretário Executivo acrescenta que o Consórcio está em contato permanente desde o final de Dezembro com a Casa Militar e Casa Civil e que o Governo Estadual está ainda discutindo qual o formato para a formalização desses repasses. O Presidente fala que cada cidade tem que tomar as providências necessárias para realizar as remoções assumindo integralmente o custeio inicial da operação, para que possa depois fazer a compensação junto ao Estado no momento dos repasses devidos. Lembra que não se pode esperar, pois não sabemos a intensidade das chuvas que virão, sendo necessária a remoção imediata para que depois os municípios busquem os devidos ajustes com o Estado. O Secretário Executivo acrescenta que os municípios estão encaminhando as notificações para as famílias residentes nas áreas mapeadas como extremo risco e reunindo os documentos necessários para posterior envio ao Estado com prazo indicado para o final de janeiro. Relata que existe um questionamento do município de Ribeirão Pires quanto ao numero fechado com o IPT, lembrando que os números apresentados pelo Consórcio foram fechados numa reunião técnica realizada em 17 de Dezembro com o IPT, em comum acordo com as equipes respectivas de cada uma das cidades consorciadas. Sendo assim, solicita que Ribeirão Pires apresente um pedido formal de retificação desses dados para

que possa ser feita a devida gestão técnica junto ao IPT para a revisão desse dado antes da pactuação formal junto ao Governo Estadual.

Isso posto, passa para o segundo ponto da pauta, que diz respeito à proposta de realização da 1ª Conferência Regional de Proteção e Defesa Civil. O Secretário Executivo convida o coordenador do Grupo de Trabalho Defesa Civil, Sr. Luiz Bongiovanni, informando que o mesmo fará uma breve apresentação e caso aprovado pela Assembléia, o Presidente Luiz Marinho assinará a resolução que convoca a referida Conferência. O Sr. Bongiovanni diz que será a 1ª Conferência Intermunicipal de Proteção e Defesa Civil, destacando que é etapa preparatória para a 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, com data prevista para Abril. Informa que na etapa regional serão eleitos delegados e as propostas para a fase estadual, que por sua vez indicará propostas e delegados para a fase nacional, que irá discutir as grandes questões da política nacional de proteção e defesa civil. Diz que é importante ressaltar que a realização da conferência consagra um modelo de gestão pública moderna, integrada entre os municípios e que dá seqüência a uma prioridade do Consórcio que é a gestão regional de riscos. Sendo assim, a Conferência Intermunicipal tem data indicativa nos dias 14 e 15 de março de 2014 com o objetivo de promover e fortalecer a participação, o controle social e a integração das políticas públicas relacionadas à Proteção e à Defesa Civil. Dando prosseguimento, com a aprovação unânime dos Prefeitos presentes, o Presidente Luiz Marinho assina a Resolução que será encaminhada ao Governo Estadual em reunião que ocorrerá no dia 14 de Janeiro.

O Secretário Executivo prossegue relatando os desdobramentos relacionados à limpeza dos piscinões. Lembra que a partir das reiteradas manifestações de preocupação da Assembléia de Prefeitos nas reuniões anteriores, foi encaminhado em Dezembro um ofício do Consórcio ao Secretário Estadual de Recursos Hídricos, Sr. Edson Giriboni, pedindo o início imediato dos trabalhos de limpeza, mas não houve resposta oficial. O Diretor de Programas e Projetos, Sr. Hamilton Lacerda, acresce que no último dia 03 de Janeiro o Governo do Estado assinou um contrato emergencial com uma empresa para manutenção e limpeza dos piscinões, mas que o Consórcio não foi oficialmente informado, tendo notícia somente pela imprensa, até que na última sexta-feira recebemos do Estado uma cópia do Contrato, que está reproduzida na pasta entregue aos Srs. Prefeitos. O Diretor de Projetos lembra a importância do Consórcio realizar essa fiscalização junto com os municípios. O Prefeito Donisete Braga pergunta se existe um prazo e um cronograma de limpeza, e o Diretor de Projetos responde que não consta essa informação, mas que será buscada.

A Assembléia prossegue com a manifestação do coordenador do GT Meio Ambiente, Sr. João Ricardo Guimarães Caetano, sobre a recomposição do Subcomitê da Bacia Billings e Alto Tamanduateí. João Ricardo inicia sua apresentação informando que na próxima quinta-feira, dia 16 de janeiro, será realizada no Consórcio a eleição dos membros dos Subcomitês do Comitê da Bacia Hidrográfica Alto Tietê (CBH-AT) para o triênio 2013/2015. Informa que em 2013 foi realizada uma reforma estrutural e administrativa no Comitê para fazer com que o Comitê e Sub Comitê tenham uma força maior de decisão. Informa que a coordenação será tripartite, formada por um representante dos municípios, estado e sociedade civil. Destaca que a principal tarefa será a proposta encaminhada no

final de 2013 pelo Consórcio ao Subcomitê para revisão da Lei Específica da Billings. O Sr. João Ricardo solicita aos Prefeitos a indicação de um representante do Consórcio para a coordenação, e informa que com a mudança de estatuto realizada em 2013 não será mais necessário que o representante seja um prefeito. O Prefeito Luiz Marinho questiona se há alguma sugestão, e o Sr. João Ricardo Caetano declara que o nome apresentado previamente à reunião dos assessores regionais foi o do Sr. Sergio Matias, de Rio Grande da Serra. Deliberação: por indicação unânime dos Srs. Prefeitos ficou definido que o Assessor Regional de Rio Grande da Serra, Sr. Sérgio Matias do Prado, assumirá a coordenação geral do Subcomitê de Bacias Billings/Tamanduateí.

Dando prosseguimento, o Secretário Executivo inicia a apresentação da prestação de contas da gestão 2013, destacando os principais avanços em 2013, como os recursos federais para mobilidade, recursos federais para a contenção de encostas, execução do programa de sincronização semaforica, conclusão do Plano de Mobilidade Regional, projetos de engenharia para obras do PAC Mobilidade, convênios e consulta pública para Linha 18 do Metrô, conclusão dos planos municipais de redução de riscos, recursos estaduais para apoio à remoção preventiva de moradias em áreas de risco, recursos federais e estaduais para Saúde e a elaboração do PPA Regional. Isso se desdobrou em um serie de eventos e atividades, incluindo o encontro para o Balanço da Agenda Metropolitana do Grande ABC com o Governador Geraldo Alckmin, com anúncio de recursos para sistema regional de saúde, Rede Lucy Montoro, sistema viário, creches e Poupatempo, a reabertura da Estrada Velha do Mar, a adesão regional ao Programa federal Viver Sem Limite, a realização de 4 conferências regionais (Meio Ambiente, Educação, Juventude e Igualdade Racial), 3 audiências públicas (LOA Estadual e Plano de Mobilidade Regional), 7 Plenárias e Lançamento do PPA Regional Participativo, o lançamento da operação Obra Limpa para o devido descarte de resíduos da construção civil, e por fim a patacão com o Governo Estadual para a remoção preventiva de famílias em áreas de extremo risco. Cita também outros projetos e atividades de relevo, como o acordo de cooperação técnica firmado com o Ministério do Planejamento para a elaboração do PPA Regional Participativo, a assinatura do Compromisso Nacional pela Participação Social, o plano para normatização regional do trabalho médico, o projeto Portais Eletrônicos de videomonitoramento, o projeto para resolução de conflitos sobre divisas, a execução do programa de formação de gestores do SUAS, os treinamentos para a Operação Verão e para o Plano Preventivo de Defesa Civil, o convenio com Seade para a Pesquisa de Emprego e Desemprego na região, o apoio institucional ao Projeto do Fundo de Convergência do Mercosul para o setor de autopeças do Grande ABC, a entrega de novos pluviômetros pelo CEMADEN, o apoio à realização do XII Congresso de História do Grande ABC, o apoio à Coopcent para o fortalecimento das cooperativas de catadores, e por fim a parceria com UFABC, USCS e Metodista para o lançamento do Premio Prefeito Celso Daniel. Destaca que um dos indicadores de atuação foi a repercussão do Consorcio na mídia, mais que duplicando o indicador de 2013 com relação a 2012, o que equivale a uma média de 5,48 notícias por dia contra 2,20 em 2012. No que se refere à execução orçamentária de 2013, destaca que com as suplementacoes autorizadas o orçamento registrou receita efetivamente realizada de R\$ 7.058.526, acrescida do

superávit de 2012 que foi de R\$ 1.377.165, com receita total de R\$ 8.435.692. A despesa total alcançou R\$ 7.370.626 significando 91% da receita total empenhada, com superávit orçamentário da ordem de R\$ 1, 065 milhões e superávit financeiro de R\$ 1,317 milhões. Destaca que a maior parte do superávit se refere ao Programa Casa Abrigo e solicita que esse valor seja incorporado ao rateio geral no Orçamento de 2014, não ficando restrita sua aplicação ao Programa Casa Abrigo. Destaca que existem uma pequena parcela de receitas não realizadas em 2013, estando todas elas pactuadas para a devida regularização. Apresenta a seguir os principais convênios e contratos, destacando que a maior parte deles é da área de mobilidade: Agencia Desenvolvimento Econômico – R\$ 291 mil, Coopcent – projeto MTE/SENAES – R\$ 55 mil, Funcraf – R\$ 248 mil, Fundação Seade - PED – R\$ 300 mil, IPT – redução de riscos – R\$ 340 mil, Oficina Consultores – Plano de Mobilidade Regional – R\$ 695.600,00, PUC (formação de gestores do SUAS) – R\$ 242.840,12, Samaritanos – Casa Abrigo – R\$ 870 mil, Tranzum – Sincronização – R\$ 532 mil, Vetec – projetos do PAC Mobilidade – R\$ 1,65 milhões (a serem executados até o início de 2014). Repassando o orçamento de 2014, aprovado na assembléia de Dezembro, lembra que o valor global alcança R\$ 19.703.694, com previsão de rendimentos de aplicações da ordem de R\$ 90.000, outras receitas R\$ 400, e a incorporação do superávit financeiro de 2013 no valor de R\$ 1.317.026, com uma projeção de receita total para 2014 de R\$ 21.111.120 (vinte e um milhões cento e onze mil e cento e vinte reais). Reitera ainda como principais desafios para 2014 a liberação e utilização dos recursos do PAC Mobilidade, a elaboração do Plano Regional de Redução de Riscos, a elaboração do Plano Regional de Drenagem, o detalhamento e execução do PPA Regional e a comunicação para campanhas regionais. Por fim, o Secretário Executivo pergunta se há algum questionamento sobre a apresentação e sobre o pedido de autorização para uso do superávit em novos programas, não se restringindo ao Programa Casa Abrigo. Deliberação: sem manifestações contrárias, o pedido é aprovado por unanimidade.

A seguir, o Secretário Executivo convida para uma breve saudação o Deputado Federal Hércio Silva, que recentemente assumira seu mandato na Câmara dos Deputados, deixando o cargo de vice-prefeito de Mauá. O Presidente Luiz Marinho cumprimenta o Deputado Hércio desejando as boas vindas e sucesso nesse novo compromisso assumido em Brasília. O Deputado Hércio inicia agradecendo aos Prefeitos e se coloca à disposição dos 7 municípios para contribuir na relação com Brasília, priorizando a regionalidade. Parabeniza ao Consórcio pelo desempenho e trabalho realizado, destacando as plenárias dos PPA. Informa que terá um escritório regional no município de Mauá e convida a todos para participarem da abertura que será na próxima sexta-feira. Os Prefeitos agradecem e desejam sucesso ao Deputado.

O Secretário Executivo dá início então aos informes convidando a coordenadora do GT Mobilidade, Sra. Andrea Brísida, para falar sobre os encaminhamentos do PAC MOBILIDADE na região. Andrea Brísida inicia informando que em 26 de Dezembro foi publicado o Decreto Federal oficializando o compromisso das transferências obrigatórias dos recursos anunciados pela Presidenta Dilma Rousseff em agosto passado. O Decreto, cuja cópia se encontra reproduzida na pasta dos Srs. Prefeitos, contempla os municípios que tiveram recursos liberados, com exceção dos recursos de financiamento, e também o Consórcio como responsável pelos projetos a serem

elaborados na primeira fase; todavia, informa que não foram divulgados os valores destinados, e portanto seguimos trabalhando com os valores anunciados pela Presidenta da República naquela ocasião. Informa que por conta do recesso de final de ano foi difícil manter o contato adequado com os Ministérios envolvidos, mas conversou com o Sr. Marcio, técnico da Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana e o entendimento é que os municípios aguardem o contato do Ministério das Cidades para que cada Prefeitura contemplada e também o Consórcio entrem no sistema específico e cadastrem as respectivas cartas consultas que serão necessárias. Acresce ainda que nos casos de São Bernardo do Campo e Santo André serão usados recursos de FGTS para financiamento, informando que a Caixa Econômica Federal, através do Sr. Gilnei Peroni, se dispôs a se reunir antecipadamente com os técnicos das prefeituras para verificar previamente as pendências e o status dos respectivos projetos. Além disso, informa que quatro projetos referentes aos municípios de Mauá, Diadema e Santo André foram contratados pelo Consórcio, já tendo sido entregue a primeira parte dos trabalhos para análise das equipes técnicas do Consórcio e dos municípios, com previsão de término em 30 dias. O Secretário Executivo reitera que uma cópia do decreto está na pasta e que ainda existe uma pendência da inclusão de Ribeirão Pires devido a uma mudança dos valores e escopo da proposta entregue posteriormente pela referida Prefeitura, e nesse sentido fomos informados de que não foi incluído neste decreto por estar em processo de reavaliação pelo Governo Federal. O Presidente Luiz Marinho solicita à Sra. Andrea Brísida que verifique com o Sr. Mauricio Muniz, Secretário Nacional do PAC, o que está faltando para o município de Ribeirão Pires ser formalmente incluso; Andrea Brísida reafirma que houve uma divergência de valores em duas versões dos projetos apresentados pelo município após o envio da proposta regional pelo Consórcio, o que ocasionou o atraso da avaliação, mas que de qualquer forma irá verificar.

O Secretário Executivo informa que os novos contratos de rateio do Consórcio, além dos Programas Casa Abrigo e FUNCRAF foram já encaminhados para assinatura dos prefeitos em dezembro e que a maior parte já foi assinada, mas que alguns municípios ainda precisam devolver as vias assinadas. Esclarece ainda que todos os contratos seguiram a distribuição proporcional do rateio global apurado para a elaboração do Orçamento 2014, retificando um desequilíbrio das proporções antes verificado no contrato relativo à Funcraf; lembra também que novos contratos de programa poderao ser gerados ao longo do ano, à medida que se concretize a execução do PPA Regional.

No que se refere ao tópico para a deliberação sobre créditos anteriores a 2010, informa que na passagem de 2009 a 2010 foi feito um levantamento de supostos créditos devidos e referentes ao período anterior à formalização do Consórcio Público, até 2007 e que desde então, vem sendo incorporado ao balanço patrimonial do Consórcio o valor de R\$ 963.114,89 que se refere aos supostos débitos de 6 municípios, com exceção de Santo André, havendo um processo formal a esse respeito. A proposta apresentada pela Secretaria Executiva é que seja aprovada a baixa desses débitos e que deixem assim de ser incorporados ao balanço patrimonial da entidade, por ser uma dívida não reconhecida pelas cidades e sem comprovação pelo próprio Consórcio, lembrando haver um questionamento recorrente do Tribunal de Contas do Estado solicitando informação sobre medidas

tomadas para sanar a questão. O Diretor Jurídico, Sr. Leandro Piccino, informa que esse assunto foi objeto de discussão no período de transição da figura anterior de associação dos municípios, e o próprio contador responsável afirmou que o Consórcio não tinha condições de atribuir com clareza os supostos débitos do período anterior a 2007, reafirmando a necessidade de se declarar a extinção desses valores nos futuros documentos contábeis.

Deliberação: Com a aprovação unânime dos Srs. Prefeitos, o Secretário Executivo informa que será devidamente registrada na ata da Assembléia a supressão dos supostos débitos. Desse modo, no balanço patrimonial de 2013 serão baixados os valores confirmados anteriormente por São Caetano e Ribeirão Pires e no balanço patrimonial de 2014 será concluída a operação de baixa dos referidos débitos.

Tem início o ato de assinatura de acordo para acesso do Consórcio ao ambiente virtual da Universidade CAIXA, com o Sr. Everaldo Coelho da Silva, Superintendente Regional da Caixa, agradecendo a todos, e falando sobre o convenio que oferece diversos cursos, com o objetivo de capacitar os técnicos e gestores públicos em conteúdos requeridos à sua atuação. O ambiente virtual oferece cursos como Operações de Repasse - Introdução ao SICONV, Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, Gestão de Bens e Serviços, CAUC, Programa Minha Casa Minha Vida, Responsabilidade Ambiental nos Negócios, Indicadores de Ações de Responsabilidade Social Empresarial, Instrumentos para Entender a Gestão Pública, Comunicação e Linguagem, Negociação, Dicas para viver melhor e Conhecendo a Responsabilidade Social Empresarial. Lembra que através desse convenio os 7 municípios poderão demandar a participação de seus gestores nos referidos cursos, através do Consórcio. Na seqüência informa que foram criadas duas novas representações na Superintendência Regional do ABC, a primeira dela relacionada aos diversos projetos de governo, com o Sr. Rafael e outra focada na área de habitação, com a Sra. Simone. Na seqüência os dois novos gerentes regionais se apresentam e se colocam à disposição de todos. O Presidente Luiz Marinho e o Sr. Everaldo Coelho da Silva assinam o convênio.

O Secretário Executivo prossegue com o informe sobre a proposta de convênio com a Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), transmitida à Secretaria Executiva por solicitação dos Secretários de Finanças de Santo André e São Bernardo do Campo. Deliberação: os prefeitos deliberaram que a partir de uma reunião que ocorrerá entre os secretários de finanças sejam estabelecidos os entendimentos para o convênio com a Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), visando à modernização da gestão fazendária nos municípios consorciados.

Por fim, no que se refere ao calendário de atividades para 2014, o Secretário Executivo informa que as assembléias continuarão ocorrendo nas primeiras segundas-feiras de cada mês, mas que há uma preocupação sobre os horários dos jogos da Copa, sendo conveniente a necessidade de manter uma decisão conjunta.

Deliberação: após a discussão realizada, os Srs. Prefeitos entraram em comum acordo que para que nos jogos da Seleção Brasileira de futebol realizados às 16h os funcionários sejam dispensados às 14h, e nos jogos realizados às 17h, sejam dispensados às 15h; para a segunda etapa da Copa os horários de dispensa serão definidos posteriormente. Quanto aos calendários de feriados, foram explicitados os critérios dos municípios que já haviam feito suas publicações e entregue cópia do

calendário de São Bernardo do Campo, ficando definido que cada Prefeitura será responsável por sua própria definição e publicação.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 11h30, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo. -.. -. - . - Região do Grande ABC, em 14 de janeiro de 2014.

Prefeitos signatários, presentes na 9ª Reunião Extraordinária da Assembléia Geral.

LUIZ MARINHO
PRESIDENTE
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

LAURO MICHELS SOBRINHO
VICE-PRESIDENTE
Prefeito do Município de Diadema

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE PEREIRA BRAGA
Prefeito do Município de Mauá

SAULO MARIZ BENEVIDES
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 9ª Reunião Extraordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.